

# O Estadista TENREIRO ARANHA

À Associação Comercial do Amazonas no 79º aniversário de sua fundação.

Agnelo Bittencourt

Quando se preparam festas para solenizar, a 5 de setembro do corrente ano, o primeiro centenário da elevação do Amazonas à categoria de Província, não deve ser esquecido o nome do seu maior propugnador: João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Trata-se de um homem que se fez pelo seu esforço, quer por sua inteligência, quer pela tenacidade de trabalho. Vamos dar alguns traços de sua biografia, servindo-nos, principalmente, das informações que nos deixou o seu ilustre filho Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, na introdução que escreveu ao livro de João Batista, publicado onze anos após a morte deste ("Elementos do Comércio", Maranhão 1872).

João Batista nasceu a 23 de junho de 1798, em Belém e faleceu a 19 de janeiro de 1861. Era filho do poeta Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1) e de D. Rosalina Espinosa Folkman Tenreiro Aranha. Pela ascendência materna, era bisneto do célebre Bento Maciel Parente, nome ligado à história colonial do Maranhão. Pelo vínculo paterno, descendia de Bento de Figueiredo Tenreiro, Capitão mór de Gurupá e Provedor

da Fazenda Real do Pará.

O pai de João Baptista exercia, em Belém, o cargo de Escrivão vitalício da Alfândega, falecendo a 25 de novembro de 1811, deixando o filho com apenas 13 anos de idade. A viúva, D. Rosalina, ficara na pobreza, contando somente com o sítio *Memória*, onde a família residia, pouco distante da capital paraense. Ficara quase sem recursos para educar o filho, que, então, já mostrava inclinação para as letras.

João Batista, menino ainda, era conhecido por *João da Memória*, em lembrança daquele sítio. Aos 14 anos prestou exame de Matemática, despertando gerais aplausos e pronunciando-se o futuro autor do capítulo dedicado à Aritmética Comercial, no excelente compêndio que preparou para atendimento do programa de sua cadeira de Matemática, Contabilidade e Escrituração Mercantil no Liceu Paraense.

Sentiu necessidade de trabalhar para viver honestamente como para ajudar sua mãe. Embarcou na qualidade de Escrivão, a bordo de uma escuna, na qual realizou sete viagens, sendo uma delas ao Rio de Janeiro.

(1) O poeta Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha deixou algumas composições felizes, entre as quais um soneto justamente célebre ("Se acaso aqui topares caminhante..."). Nasceu na Vila de Barcelos em 4 de setembro de 1769. Orfão de pai, logo na primeira infância e de mãe aos sete anos deveu Tenreiro Aranha a sua educação e o desenvolvimento de sua inteligência aos desvelos de seu padrinho, o vigário geral José Monteiro de Noronha, que o mandou estudar no Convento de Santo Antonio, em Belém e depois nas aulas maiores dos padres mercenários.

«Nomeado pelo governador Martinho de Souza e Albuquerque diretor dos índios Oeiras, passou daí em recompensa dos importantes serviços que prestara neste lugar para o de escrivão da alfândega do Pará e depois para o de escrivão da mesa grande». (Francisco Bernardino de Souza, «Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas», Belém, 1873, pag. 29. A «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro» (Tomo 2.º, vol. 2.º 1840) publicou uma notícia biográfica a seu respeito, da lavra de Antonio Baena.

onde pleiteou, mostrando sua conduta e habilitação, o emprêgo que seu pai ocupara, visto que a lei coeva, mandava dar preferência, por morte do serventuário, no preenchimento da vaga, ao filho mais velho, quando competente. Foi preterido, arredando-se todas as informações boas, para deixar que predominasse uma que lhe era contrária.

O fato constituiu uma das maiores decepções ao jovem João Baptista. A vida do mar não o seduzia. Resolveu desembarcar. Deram-lhe, em Belém, o cargo de Amanuense da Junta da Fazenda Real, em 1815, função que desempenhou a contento.

Em 1818, chegou àquela cidade o conde de Vila Flor, Capitão-mór da Capitania com autorização de criar e organizar um esquadrão de Cavalaria, chamando para sua officialidade alguns dos rapazes mais prestimosos do local. João Batista deixa o emprêgo de Amanuense e alista-se no Esquadrão subindo de sargento a alferes, posto em que é mais tarde, confirmado por D. João VI.

No Pará ecoam os rumores e alastram-se os efeitos da revolução de Pernambuco de 1817. Surgem pruridos da Independência. Chega, em 1821, a noticia de revolução do Porto, no ano anterior, como da proclamação da nova Constituição portuguesa em Lisboa.

A sociedade paraense dividiu-se politicamente: uma parte, o elemento português, não aceitou a *reforma*, para que continuasse o absolutismo governamental; a outra, de gente nativa, formou a esquerda. Nesta se declarou João Baptista, exonerando-se, logo, das funções de Alferes do Esquadrão. O seu patriotismo não permitia tergiversar, numa questão de liberdade. Não lhe importa-

ria sofrer as consequências da sua atitude nativista.

Tinha resolvido retirar-se para a Ilha de Marajó, onde fundaria um estabelecimento agrícola. De lá, era sua esposa d. Emilia Portal de Carvalho, filha do abastado fazendeiro Francisco Joaquim Portal de Carvalho. Mas, nesse interim, é convidado e aceita o cargo de Escriurário da Junta da Fazenda.

Na biografia do pai, disse Bento Aranha: "Em 1.º de março de 1823, tendo sido derribados do poder, na província do Pará, o Governo constitucional e a Câmara eleita e nomeado, por essa mesma ocasião, um Governo ilegal à cuja ordem prenderam-se muitos cidadãos classificados de *dissidentes*, por serem afeitos ao sistema constitucional e à causa da Independência do Brasil, Tenreiro Aranha escapou dessa perseguição devido ao pedido de alguns amigos seus que se achavam nas graças do poder". (2)

E êle próprio, a respeito dêsse fato, escreveu: "Escapei de ser preso nessa ocasião por haver quem por mim se interessasse junto ao poder despótico do Villaça, contudo era sempre apontado e vivia em risco por ter escrito e publicado algumas idéias a favor da causa do Brasil no "Periódico Paraense", e sustentado com energia a eleição da Câmara". (3)

Em todos os movimentos tendentes a reconhecer a Independência e a aclamação de D. Pedro I, no Pará, quer na propaganda oral, quer na imprensa, João Baptista se encontrava sempre. Por duas vêzes, teve de fugir, em pequeno barco a vela e a remo, para São Luiz do Maranhão, com sacrificio de vida e de dinheiro, a fim de não cair nas garras dos seus adversários.

Acreditamos que estivesse ausente quando o bárbaro Greenfell chegou ao Pará, em nome da legalidade, e

2) «Vida do autor», in «Elementos de Commercio», pag. XII

3) Ob. cit., pag. XII

praticou o nefando crime de lesa-política e boa humanidade, mandando recolher, durante uma noite, nos porões do brigue "Palhaço", mais de 200 pessoas, que ali foram sacrificadas nos vapores de cal virgem.

Primeiro, entre outros, de uma causa justa e triunfante, João Baptista não poderia deixar de ser aproveitado na consolidação do novo regime implantado, ali, desde 15 de agosto de 1823. Foi chamado a retornar ao seu lugar de Almojarife do Hospital, do qual se achava afastado para escapar à sanha dos seus adversários. Considerado benemérito pelo povo de sua terra, foi enviado um abaixo-assinado ao Senado da Câmara Municipal de Belém, sugerindo fôsse êle comissionado para dirigir-se ao Rio de Janeiro, onde levaria, de viva voz, a D. Pedro I a noticia da adesão do Pará à Independência Nacional.

Não sabemos se a projetada viagem se efetuou. Mas, temos conhecimento de que, melhorando de condição burocrática, foi reintegrado nas funções de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega, a 16 de novembro de 1824. Depois, passou a Administrador da Mesa da Estiva, que serviu até 1836. Nesse interregno, serviu em várias comissões de importancia, pois que, em assuntos de alta responsabilidade, a opinião de João Baptista, pela honestidade e senso prático da cousa pública, era tido como indispensável, quer se tratasse de comércio, indústria e navegação, quer de motivos políticos.

A política do Pará desassossegava-se de vez em quando, entre os anos de 1831 e 1836, ora por causa dos rigores do famoso Comandante das Armas e Presidente, General Francisco de Souza Soares de Andréa, de autoritarismo desmedido, ora pelas tropelias dos *cabanos*, não somente na Capital, como no Baixo

Amazonas. João Baptista ficou sempre ao lado da Lei e da Ordem, não lhe importando sofrer as contingências da perseguição dos poderosos, como sucedeu em 1832, quando teve de retirar-se e refugiar-se nos Estados Unidos, de onde, mais tarde, passou para o Rio de Janeiro.

Mal chegado à sua terra, em 1834, surgiram tropelias do partidarismo local, das quais resultou o assassinato do Presidente Lobo, fato que foi condenado por João Batista. Bastou êsse gesto para que se levantasse o punho cerrado e a cólera dos áulicos dos detentores do poder. Perseguiram-no. Fugiu para o Maranhão, como de outra vez o fizera, sempre com acolhida generosa. Não para ai a odisséia do intrépido político. O General Andréa demite-o de Inspetor da Alfândega e ordena sua prisão em março de 1838. Foi posto em liberdade a 29 de maio do mesmo ano, mas com ordem de seguir para o Rio de Janeiro, na charrua *Carioca*, que a 14 de julho se fez de vela para o Sul, sem êle saber que a 10 do mesmo mês, tinha sido novamente nomeado, pela Regência, Inspetor da Alfândega do Pará.

O processo a que ia responder ficou em nada.

De 1840 a 1849, Tenreiro Aranha foi ininterruptamente eleito deputado provincial, logrando reeleger-se ainda para a Assembléia da Provincia do Pará de 1856 a 1859. Nas legislaturas de 1848 e 1849, serviu na Assembléia Geral, como deputado pelo Pará, que, então, compreendia, o Amazonas. De todos os beneficios que prestou nas duas Assembléias, são incomparáveis, pelo seu alcance político e econômico, o da elevação do Amazonas à categoria de Provincia e do estabelecimento da navegação a vapor no Rio Amazonas. No primeiro, teve Souza Franco, o Marquês de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida) e outros a seu

lado. E, no segundo, a figura im-  
par de Irineu Evangelista de Sou-  
za (Barão de Mauá), como criador  
e incorporador da *Companhia de  
Navegação do Amazonas*.

Sobre o primeiro fato, na quali-  
dade de membro da Assembléia pa-  
raense, em sessão de 7 de novembro  
de 1849, apresentou a seguinte indi-  
cação: "Indico que se dirija uma  
representação à Assembléia Geral  
legislativa, para que a Comarca do  
Alto Amazonas seja elevada à sua  
antiga categoria de Província".  
Após, como deputado geral, na Côr-  
te, sustenta as mesmas idéas. Ar-  
thur Reis sumariou o que foi o  
longo e tenaz esforço pela criação  
da Província do Amazonas (4).

Sobre o segundo fato (navega-  
ção), sugeriu ainda na Câmara do  
Império, várias medidas a propósi-  
to de linhas de vapores entre o Pa-  
rá e Mato Grosso, pelos rios Tapa-  
jós e Arinos, como entre o Pará e  
Goiás pelo rio Tocantins. Era an-  
tigo o seu interesse pelo assunto e  
já de há muitos anos reconhecida a  
sua autoridade em quanto lhe dizia  
respeito. Já em 1828, fôra membro  
e relator da comissão nomeada pelo  
governo do Pará para dar parecer  
sobre o projeto de uma sociedade  
destinada a promover a agricultura  
indústria e navegação. Em 1837,  
foi também membro e relator da co-  
missão incumbida pelo General An-  
dréa de apresentar o projeto de or-  
ganização de uma empresa para ex-  
plorar a navegação a vapor do Rio  
Amazonas. Em 1838 tentou interes-  
sar a Côrte nesse propósito. Em  
1840 na Assembléia Provincial do  
Pará, obteve a aprovação de uma Lei  
concedendo vantagens à companhia  
que estabelecesse a navegação no  
Amazonas. Em 1842 preparou os

Estatutos para a frustrada empresa  
incorporada pelo negociante Joa-  
quim Francisco Danin.

João Baptista dedicou-se também  
ao magistério. Tendo-se especializa-  
do em Contabilidade e Escrituração  
Mercantil, foi nomeado a 11 de fe-  
vereiro de 1841 para reger estas dis-  
ciplinas no Liceu Paraense, função  
de que se exonerou, em 11 de janei-  
ro de 1844, por haver aceito o cargo  
de Inspetor da Alfândega. Em 9 de  
novembro de 1846, à vista das pro-  
vas exibidas, em concurso, é nomea-  
do para a cadeira de Geometria da-  
quele estabelecimento de ensino se-  
cundário. Deixa a Alfândega, para  
a qual teria de voltar depois.

Afinal, em 1850, foi criada a Pro-  
víncia de Amazonas por Lei n.º  
528, de 5 de setembro. Nada mais  
justo e imperativo do que a nomea-  
ção desse homem para seu primeiro  
Presidente, o que se deu por decreto  
imperial de 7 de junho de 1851.

"A escolha de Tenreiro Aranha  
— diz Arthur Reis — para a presi-  
dência da nova Província não po-  
dia ser mais acertada. Dados os  
seus conhecimentos das necessidades  
vitais da região, o ardor de suas  
atitudes sempre claras e a ativid-  
dade desinteressada que revelara na  
obtenção da grande medida pleiteada  
pelo povo da comarca, ninguém, no  
momento, com melhores credenciais  
para o alto cargo. Estava natural-  
mente indicado".

João Baptista subiu o grande rio  
no vapor de guerra *Guapiassú* e che-  
gou a Manaus a 27 de dezembro de  
1851, sendo recebido com festivid-  
de pela ainda diminuta população  
da capital. Levava numerosas pes-  
soas, algumas das quais para seus  
auxiliares. A 1.º de janeiro de 1852,  
na Câmara municipal, em sessão  
extraordinária e solene, assumiu o

(4) «História do Amazonas», 177 a 184, Manaus, 1931.

(5) Ob. cit., pag. 185

governo, instalou a Província e começou a sua tarefa (6).

Como é de imaginar, tudo, ou quase tudo, estava por fazer. Iniciou Tenreiro Aranha a regularização dos serviços públicos, êle próprio minutando a ordem das causas. Baixou instruções para a arrecadação, fiscalização e escritura, adotar o regulamento da Instrução Pública do Pará, enquanto não elaborava outro mais adequado. Criou as Repartições que o aperelho da Província exigia. Mandou explorar alguns rios, cuidando de sua nação das rendas provinciais. Mandou vegação. Traçou da catequese dos índios e da colonização. Fez situar em prédio mais digno, o Palacio do Governo e começar a nova Cadeia, no sentido de melhorar as tristes condições dos detentos. Tomou as providencias iniciais para a criação de um núcleo de colonização, de base ao mesmo tempo agricola e fabril. E, assim, muitos outros trabalhos de escôpo social e econômico. Eram, porem, indispensáveis entendimentos pessoais com os homens da Côrte, numa época em que ainda não havia navegação direta para o Sul. Fazia-se mister relatar, de viva voz, aos próceres da alta administração do país, a verdadeira situação do Amazonas, para o immediato provimento de suas necessidades.

Não havia tempo a perder. Ademais João Baptista era Deputado Geral e precisava tomar parte no plenário da Assembléa da qual esperava conseguir facilidades para o seu governo. Nesse pressuposto toma uma canoa e desce para Belém, desprezando perigos e desconforto. Dali em navio, vai ao Rio de Janeiro. A 27 de junho (1852)

passou o governo ao primeiro Vice-Presidente Dr. Manoel Gomes Correia de Miranda.

Em abril, Tenreiro Aranha traçou em substancioso Relatório (7) ao Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre, um retrato sombrio da situação de abandono e estagnação em que se encontrava a nova Província, expondo também idéias as mais lúcidas, algumas até perfeitamente atuais, sôbre os problemas administrativos e sociais que tinha de enfrentar. Infelizmente foi meteórica sua permanência no governo, frustrando-se ao Amazonas a oportunidade de então recuperar a prosperidade que conheceu nos dias da florescente capitania de Lobo D'Almada.

Na Côrte, apesar de todas as diligências, nada ou pouca cousa obtém para sua Província tão distante e esquecida. Ralado de desgostos e doente, regressa, demorando, em Belém, por motivo de tratamento, quando, a 31 de dezembro do mesmo ano, recebe o decreto de sua exoneração *a pedido*.

No Senado, havia, nessa época, uma vaga, na representação do Amazonas. Procedeu-se à eleição. Era o momento de reparar a injustiça que acabava de sofrer o maior paredro da emancipação amazônica.

Foi seu competidor o Dr. Domingos Ferreira Pena, candidato do governo, que, na lista tríplice, é o escolhido.

João Baptista deveria contar com a preferência, atendendo seus numerosos e leais serviços à Nação. Seus amigos e correligionários, do Partido Conservador, numa demonstração de que não o tinham abandonado, concitaram-no a acei-

(6) O *fac simile* do Auto da Instalação vem publicado em *Annuaire Chorographique do Estado do Amazonas*, Manaus, 1925, pag. 267

(7) «Relatórios da Presidência da Província do Amazonas», vol. I, pags. 17 a 115

tar o convite do governo do Pará, para ocupar o cargo de Inspetor do Tesouro provincial, em cujo exercício esteve até 1848.

Amaçado de exoneração, pelo partidarismo contrário, apressou-se em deixar aquele cargo, antes que fôsse acintosamente despedido. Esgotado por uma luta contínua, que lhe vinha desde o verdor da vida, desiludido, talvez, da justiça e da gratidão de muitos homens, seus contemporâneos, recolheu-se à vida privada. No oblvio dos seus concidadãos, ferido profundamente na sua sensibilidade, enlouqueceu, vindo a falecer, vítima de um incêndio que irrompeu em seu dormitório num

suburbio de Belém, em 19 de Janeiro de 1861.

O Amazonas não esqueceu João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Ergueu-lhe em uma das praças de Manaus, uma estátua, para perpetuar sua gratidão.

João Baptista foi um *doublé* de herói e martir, herói porque soube enfrentar corajosamente os potentados do seu tempo, sem medir as consequências pessoais das suas atitudes verticais; martir, porque sofreu, com estoicismo, os contratempos da política, preferindo sempre estar de pé, mas nunca de joelhos.

Rio, 18 de junho de 1950.

JULHO - 1950 - ANO IX - N.º 102

## Oportunidades COMERCIAIS

White & Fisher Co., Exporters — Importers 217 Grand Ave., Long Beach 3, Calif., U.S.A. — Cable Address. "WITFISH" — deseja se comunicar com firmas importadoras e exportadoras desta praça para negócios com relação a mercadorias em geral, alimentos concentrados frutas, filmes, etc.

R. D. Lange — Rua Teófilo Otoni, n.º 120, Sobrado — Rio de Janeiro D.F. está interessado em importar: madeiras de construção e dormentes para estrada de ferro, óleos, ceras, resinas, essência de pau rosa, fibras, peles de jacaré, cipó e outros produtos exportáveis. Oferece como agente da União Francesa, uma série de produtos como: azeite de oliveira, plásticos em folha, maquinas gráficas, etc. .

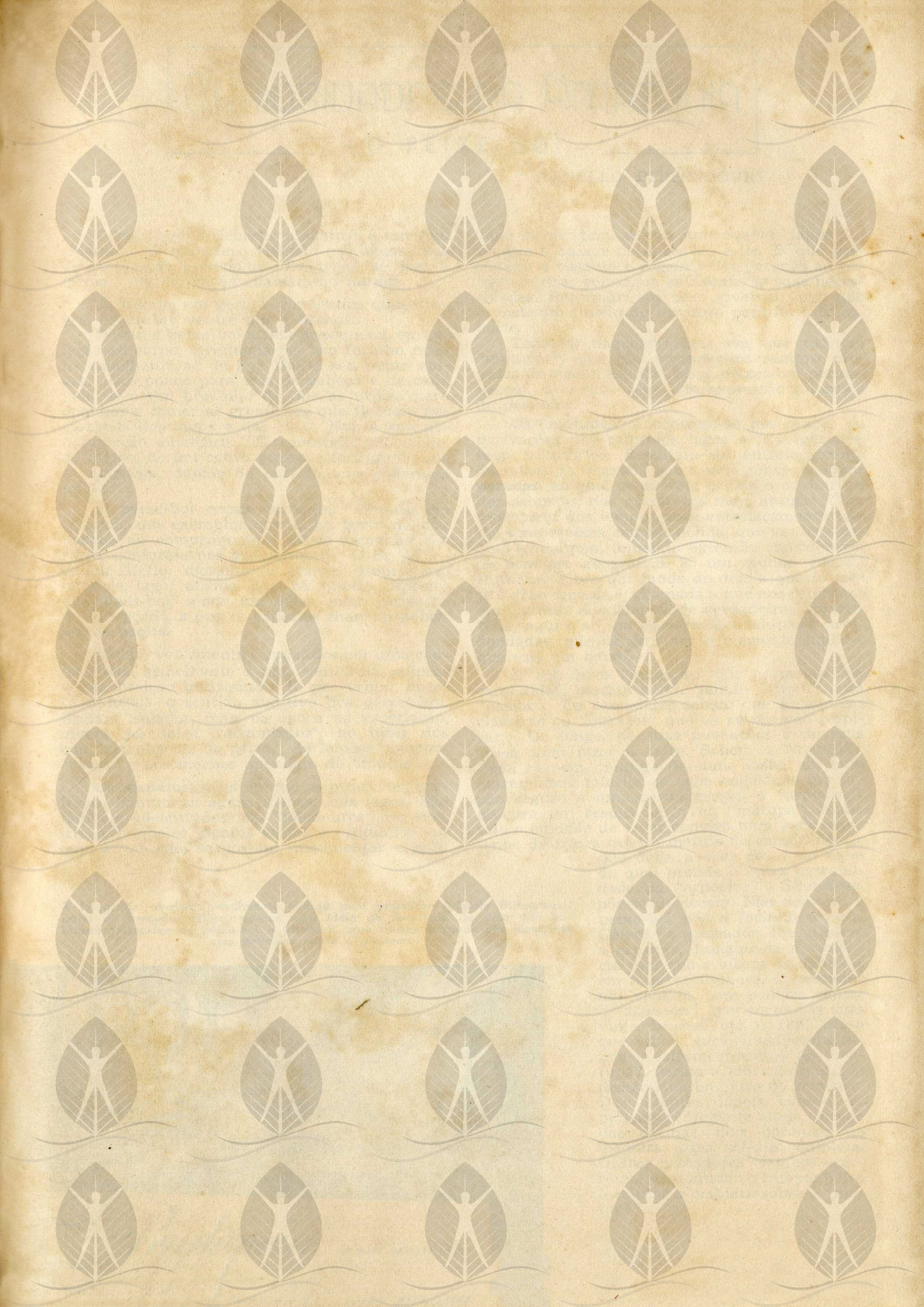
Brittish Unicorn Ltd. — 36/38 Southampton Street, London W.C.2 — oferece seus préstimos às firmas im-

portadoras locais, para compra de mercadorias na Inglaterra, estando capacitada a embarcar mercadorias contra pagamento após a chegada do navio ou até 30 ou 60 dias de vista

Office General Du Livre — 14, bis rue Jean Ferrandi — Paris, 6.º — está em condições de expedir rapidamente para o Brasil todos os livros franceses, belgas, suíços, italianos, espanhóis, etc., bem como todas as obras publicadas na Europa.

José Mella. Cerreto 635 — Montivideo — Uruguay — Está interessado na importação de Piaçaba.

American Export Center — 809 Biscayne Building — Miami 32, Florida — está interessado no comércio de importação e exportação de mercadorias entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Referências: DUN e BRADSTREET ou com o Florida National Bank and Trust Company, em Miami, Fo.





## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)

Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA